

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1011541-08.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Paulo Ferreira Soares**
 Requerido: **Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Processo nº 1011541-08.2016****VISTOS**

PAULO FERREIRA SOARES ajuizou ação de **INDENIZAÇÃO** em face de **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIAS S/A**, todos devidamente qualificados.

O requerente informa na sua exordial que contratou um seguro de acidentes pessoais junto à requerida. Ressalta que o avençado lhe assegurava o direito de benefício no caso da ocorrência de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e ainda previa um auxílio funeral. Enfatiza que sofreu um acidente na data de 10/10/2014, estando o contrato em vigor. Requereu a procedência da demanda condenando a requerida ao pagamento da indenização em razão de sua invalidez. A inicial veio instruída por documentos às fls. 10/18.

Devidamente citada a requerida apresentou contestação alegando preliminarmente falta de interesse de agir. No mérito ressaltou a ocorrência da prescrição e enfatizou a ausência de documentos hábeis a comprovar o dano sofrido pelo autor. Assegurou a não caracterização da

1011541-08.2016.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

invalidez permanente total ou parcial por acidente. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda fundada na prescrição e pelos fatos secundários mencionados.

Não houve manifestação a título de réplica (fls. 111).

As partes foram instadas a produzir provas e o autor intimado especificamente a trazer aos autos documento que comprovasse a data em que tomou ciência de sua invalidez. O autor peticionou às fls. 115/117, mas não trouxe qualquer documento; apenas se dispôs a passar por perícia. A requerida pediu a realização de perícia médica.

É o relatório.

DECIDO, antecipadamente, para reconhecer a prescrição.

Há nos autos prova de que o autor contratou o seguro de vida com vigência de 17/08/2014 a 17/08/2015 (apólice nº 0000000301). Já o sinistro ocorreu em 10/10/2014, portanto na vigência da apólice. A indenização foi negada em 18/05/2015 (a respeito confira-se carta juntada pelo próprio autor a fls. 13) porque o autor não atendeu a “reiteradas solicitações para que fossem encaminhados novos documentos” (textual fls. 13).

De acordo com o disposto na letra "b", inciso II, § 1º, do art. 206, do CPC a pretensão para cobrança da indenização securitária por acidente prescreve em 1 ano.

No mesmo sentido é a Súmula 101, do STJ: "a ação de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

indenização do segurado em grupo contra a seguradora prescreve em um ano".

Ainda que o pedido de pagamento tenha se dado dentro desse interregno, certo é que a prescrição, suspensa, volta a correr a partir da ciência da negativa de pagamento.

Nesses termos temos a Súmula 229, também do Colendo Tribunal de Justiça: "o pedido de pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão".

Conforme carta já referida, o autor teve ciência da negativa da seguradora em 18/05/2015 (fls. 13).

Assim, o fenômeno processual da prescrição deve ser reconhecido.

Nesse sentido:

Seguro de vida. Ação de cobrança de indenização securitária cc indenização por danos morais. Prescrição. Ocorrência. Prazo anual. Inteligência do art. 206, § 1º, inciso II, "b". Termo inicial. Aposentadoria por invalidez. Pedido de pagamento de indenização. Suspensão do curso do prazo prescricional até a ciência da resposta da Seguradora. Inteligência das Súmulas 101, 229 e 278, do STJ. Sentença mantida. Recurso não provido, com determinação (TJSP, Apelação 1038947-31.2014.8.26.0224, Rel. Des. Bonilha Filho, DJ 06/04/2017).

Na data do ajuizamento, que se deu em 06/10/2016, já haviam passado 1 ano e cinco meses da negativa do pagamento da indenização.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, **JULGO EXTINTA** a presente ação, com resolução do mérito, com base no art. 487, II, do CPC.

Sucumbente, arcará o autor com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em R\$ 940,00, observando o disposto no parágrafo 3º, do art. 98, do CPC.

PUBLIQUE=SE E INTIMEM-SE.

São Carlos, 01 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**